

III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

DOCUMENTO ORIENTADOR

CONTEXTUALIZAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DO TEMA

ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

O abastecimento público regularizado de águas do Município de Florianópolis é realizado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN por meio de três sistemas: a) Sistema Integrado de Florianópolis – SIF, que atende as regiões continental, central e bairros adjacentes do município, além dos municípios de Palhoça, São José, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz; b) Sistema Costa Norte - SCN, que atende os balneários da região norte da Ilha de Santa Catarina; e c) Sistema Costa Leste/Sul – SCLS, que atende a região leste-sul da referida Ilha.

O consumo médio de água em Florianópolis, fornecido pela concessionária, é de 158,44 l/hab/dia (SNIS 2021), acima do consumo médio nacional de 150,66 l/hab/dia (SNIS 2021). As perdas totais na rede de distribuição do abastecimento são da ordem de 34,06% (SNIS 2021), de maneira que a revisão do PMISB prevê metas progressivas de diminuição de perdas totais de água.

De acordo com as informações disponíveis no Sistema Nacional de Informação em Saneamento (SNIS 2021), 90,93% da população residente do Município é atendida pelo Sistema de Abastecimento de Água (SAA) da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, sendo grande parte dessa parcela composta pela população urbana (98,35%). O restante da população de Florianópolis, constituído por 9,07%, é abastecido tanto por Sistemas/Soluções Alternativas Coletivas – SAC, administrados por associações de moradores, condomínios ou particulares; como por Soluções Alternativas Individuais-SAI, que incluem a captação de águas subterrâneas por poços/ponteiras e captações superficiais, principalmente de nascentes e cursos d'água.

O Contrato de Programa¹, o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico – PMISB e sua respectiva revisão (em tramitação na Câmara Municipal), estabelecem, como meta, a regularização desses sistemas/soluções de abastecimento de água com vistas à universalização do acesso aos serviços públicos concedidos de abastecimento de água, a partir das quais se pretende ampliar, gradativamente, em até 100% de população atendida no ano 2032.

Para alcançar a meta de universalização, o PMISB e sua respectiva revisão preveem ainda a elaboração de estudos de concepção geral dos sistemas de água (atualmente em execução) contemplando a ampliação e modernização dos três sistemas públicos operados pela CASAN e que abastecem o Município, envolvendo a captação, o tratamento, a adução, a reservação, a distribuição, as estruturas de operação e de manutenção. Ressaltam-se ainda nesses estudos a possibilidade de emprego de alternativas tecnológicas; a identificação e uso de novos mananciais; um melhor aproveitamento dos mananciais em que já estão estabelecidas as captações; e a regularização dos sistemas de abastecimento de água, que compreende não apenas a outorga de direito de uso para a captação de águas, como também o licenciamento ambiental de

¹ A Prefeitura Municipal de Florianópolis delegou à CASAN a operação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município.

todos os sistemas de abastecimento do Município, especialmente dos Sistemas de Abastecimento de Água Coletivos (SACs) não concessionados.

Florianópolis conta com SACs administrados por empresas privadas ou pela própria comunidade através das associações de moradores. Em determinados sistemas, o controle da qualidade da água distribuída é frágil e não atende aos padrões mínimos de potabilidade (informações da Diretoria de Vigilância em Saúde do Município). Soma-se a esse fato a inexistência de controle das vazões distribuídas e de tarifação, bem como de outorga e licenciamento ambiental para a operação.

Os SACs que atendem loteamentos não têm autorização de funcionamento pelo Poder Concedente, ou seja, pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, uma vez que a concessão dos serviços públicos de água e esgoto delegada à CASAN se aplica a todo o território do Município, por meio de um Convênio de Gestão Associada, legitimado por um Contrato de Programa (assinado em 2012), conforme regramento estabelecido na Lei Federal 11445/07.

Identificam-se também no Município usuários que captam água superficial ou subterrânea de forma isolada (SAI) e, sobretudo, usuários que utilizam o sistema público concessionado compartilhado com a utilização de fontes alternativas (poços e captações superficiais). Estes, até dezembro/21, estavam em desacordo com a Lei Federal nº 11445/07. No entanto, após a promulgação da Lei Federal nº 14026/21, em determinadas situações passaram a ser legalizados, desde que autorizados pelo órgão gestor competente e que promovam o pagamento pelo uso dos recursos hídricos quando devido (§ 11 do art. 45).

Uma das situações mais preocupantes hoje no Município se refere às áreas de expansão urbana sobre os aquíferos dos Ingleses e do Campeche, principais mananciais subterrâneos da Ilha de Santa Catarina. A urbanização dessas áreas interfere no balanço hídrico quantitativo dos aquíferos de dois modos: a) negativamente, por meio da exploração difusa de água dos aquíferos por poços e ponteiras; ou pela impermeabilização do solo, o que dificulta a recarga e; b) positivamente, o uso preponderante de sistemas individuais de tratamento de efluentes sanitários nessas localidades possibilita a recarga hídrica nesses aquíferos. Ambas as situações tendem a uma piora no balanço hídrico qualitativo com o crescimento urbano, uma vez que esse fenômeno potencializa: a) o avanço da cunha salina em direção a esses aquíferos costeiros e; b) a contaminação por material orgânico, inorgânico e patógenos.

Não se conhece a quantidade total de ponteiras e poços de captação implantados no Município de Florianópolis. Segundo informações contidas na revisão do PMISB, somente no norte da Ilha há mais de 6.000 unidades instaladas, entre ponteiras e poços clandestinos. Apesar da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDE/SC dispensar a outorga para a captação de águas com vazões insignificantes destinadas ao consumo familiar, a mesma obriga que o usuário se registre no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos (CEURH). Entretanto, não se sabe a quantidade real de usuários, tampouco se a água consumida possui algum tipo de tratamento ou se é feito um controle da sua qualidade. Estas questões estão inseridas em um cenário de expansão urbana não planejada, ocasionando a ocorrência de irregularidade das captações e elevando os riscos à saúde pública pelo acesso e consumo da água não potável.

Além disso, a proteção/preservação das áreas de captações superficiais e subterrâneas, a decisão sobre conflitos de uso e a garantia da disponibilidade hídrica das bacias hidrográficas do Município, em termos de quantidade e qualidade, são aspectos da gestão integrada de águas que deveriam ser debatidas nos comitês de bacia. A região continental de Florianópolis foi a única área do Município abrangida pelo Comitê das Bacias do Rio Cubatão, do Rio da Madre e Bacias Contíguas. Por isso, uma das metas da revisão do PMISB é a articulação junto à SDE para a criação de um comitê de bacia hidrográfica e a elaboração de um plano de bacias para a porção insular de Florianópolis.

A constância no abastecimento de água, a ampliação da cobertura de atendimento da população residente e flutuante, o fornecimento de água dentro dos padrões de qualidade exigidos pelas normas sanitárias, a proteção e o controle das áreas de mananciais, a racionalização do uso da água diante do crescimento urbano e da maior frequência de estiagens e secas, a criação de um comitê de bacias para a porção insular e a garantia de atendimento das demandas futuras representam alguns dos grandes desafios ao Município de Florianópolis nos próximos anos.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Com o advento dos novos marcos regulatórios do saneamento no Brasil, a exemplo da Lei 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026, de 2020 – Política Nacional de Saneamento Básico e Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), fez surgir uma série de desafios obrigatórios para os municípios brasileiros, visando o cumprimento de novas diretrizes, como a universalização dos serviços e a sustentabilidade econômico-financeira do setor de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos.

Além disso, os novos marcos trazem a necessidade de planejamento do setor, com os planos de gestão integrada de resíduos sólidos em três esferas: municipal, estadual e federal, os quais definem ações e metas prioritárias para a gestão de resíduos no horizonte de 20 ou 30 anos. Em Florianópolis, o PMGIRS foi instituído pelo Decreto Municipal nº 17.910/2017, o qual foi incorporado ao Programa Florianópolis Capital Lixo Zero, instituído pelo Decreto Nº 18.646/2018. O programa consiste de um conjunto de projetos, ações, atividades e técnicas, métodos e inovações que objetivam incentivar a sociedade civil, a iniciativa privada e o poder público a não produção ou redução da geração e/ou ainda, a valorização dos RSU e sua reintrodução na cadeia produtiva.

Dentro deste contexto, a valorização das frações seca e orgânica dos RSU são prioritárias para garantir o desvio de resíduos do aterro sanitário, em atendimento às metas do Plano Nacional e Municipal. Além disso, a implantação da logística reversa das embalagens e de outros resíduos, o incentivo a formalização das associações de catadores e mecanismos de tornar as unidades de triagem mais profissionalizadas e produtivas são grandes desafios para o Município. Permeando todas as ações, está a educação ambiental, voltada à hierarquia da gestão de resíduos: não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Florianópolis dispõe atualmente de diversas modalidades de coleta de resíduos sólidos: coleta seletiva de embalagens, coleta seletiva exclusiva de vidros (através de PEVs e porta a porta), coleta seletiva de verdes, coleta seletiva de orgânicos, coleta de resíduos volumosos (por agendamento e através dos 7 Ecopontos em operação, com mais 5 em implantação) e coleta de rejeitos.

Para alavancar a valorização da fração orgânica, iniciou-se, de forma pioneira no Brasil, o pagamento por serviços de compostagem, a partir de credenciamento de pátios de compostagem em atuação no território municipal. Nesta mesma vertente, também está sendo iniciado o processo de pagamento pelos serviços de triagem dos recicláveis secos às associações e cooperativas de catadores devidamente credenciadas. Em ambos os processos, o pagamento se dá pela quantidade processada (em peso), além da remuneração de um responsável técnico pela unidade, visando o desenvolvimento das atividades dentro dos padrões ambientais, técnicos e sanitários necessários.

Apesar dos avanços obtidos com a maior oferta de serviços de coleta seletiva no Município, com a ampliação da frequência da coleta de embalagens e as novas modalidades de coleta seletiva, o Município ainda precisa avançar nas metas de desvio do aterro sanitário. Em 2022, atingiu 11,18% de desvio total de resíduos do aterro sanitário, com recuperação de 10,69% da fração seca e 12,68% da fração orgânica.

Neste processo, há dois principais desafios: a capacidade de destinação final dos resíduos orgânicos e secos e a sensibilização da população para segregação na fonte e participação dos serviços.

Dentro da destinação final, há dificuldades na viabilização de áreas para implantação de unidades de compostagem e de triagem, diante da limitação de terrenos públicos e conflitos de vizinhança e ambientais no território municipal. As unidades de triagem da fração seca têm capacidade limitada de processamento, estagnada nos últimos anos, com predomínio de trabalho manual e com grande necessidade de profissionalização. Há necessidade de se discutir novos modelos organizacionais e tecnológicos que permitam o Município avançar nos índices de recuperação dos secos. No cenário dos orgânicos, tem surgido no Município vários pequenos negócios, com tecnologia simples de compostagem por aeração passiva (modelo UFSC), os quais estão sendo incorporados pela municipalidade através dos credenciamentos. No entanto, há necessidade de se discutir também tecnologias mais modernas com maior capacidade de processamento de forma a atuar de forma paralela.

No que tange à educação ambiental, a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável vem desenvolvendo trabalhos junto à população através de visitas domiciliares, palestras e visitas guiadas no Centro de Valorização de Resíduos do Itacorubi e Jardim Botânico de Florianópolis. No entanto, esse é um grande desafio: levar a informação às pessoas e sensibilizá-las para se engajarem na segregação dos resíduos. Em 2023, iniciou-se, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, o projeto Escola Lixo Zero, pois esse espaço é um ambiente transformador do paradigma dos resíduos, onde o futuro cidadão aprenderá sobre os cuidados com os resíduos e levará o conhecimento para suas casas para transformação da forma de gerenciar os resíduos.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O setor de esgotamento sanitário em Florianópolis enfrenta o grande desafio de ampliar a prestação do serviço e atendimento pelos Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES, conforme estabelecido no Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico - PMISB. De acordo com dados da Concessionária responsável pela coleta, tratamento e disposição final de efluentes sanitários, em 2023, cerca de 24% da população da cidade ainda não tem acesso a este serviço e depende de soluções individuais ou coletivas, sobre as quais, em sua maioria, não se tem controle adequado. Essa situação tem reflexos negativos na qualidade dos recursos hídricos, afetando a balneabilidade das praias e a saúde pública.

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é a concessionária responsável pelos serviços públicos de esgotamento sanitário, e deve cumprir a meta de universalização do serviço estabelecida no Contrato de Programa firmado com o Município em 2012. Para atingir esse objetivo, além da manutenção e expansão das redes, é necessário aprimorar as Estações de Tratamento de Esgoto - ETE e implementar uma destinação final adequada para os efluentes tratados. As soluções para essa demanda incluem a implantação de infraestrutura pública de coleta, tratamento e destinação final por meio de sistemas semi-centralizados para áreas densamente povoadas da cidade, bem como a adoção de soluções alternativas, individuais ou coletivas para regiões isoladas ou para áreas com impossibilidade de acesso aos sistemas públicos disponíveis.

Nesse ponto, destaca-se o Decreto Municipal nº 17.748 de 30/06/2018, que instituiu a Comissão Especial para Planejamento da Concepção Geral dos Sistemas de Esgotamento Sanitário e de Abastecimento de Água Potável no Município. Esta comissão produziu, em 2020, um documento de cinco capítulos que discute desde os conceitos de esgotamento sanitário até a concepção geral do esgotamento sanitário de Florianópolis, passando por um diagnóstico e um prognóstico da situação no Município, além de elencar as restrições ambientais em vigência, que por si só são desafios para a implantação e operação do sistema de tratamento e disposição final de efluentes tratados em Florianópolis. Este estudo foi instituído por meio do Decreto Municipal nº 21.689, de 26 de junho de 2020, que também estabelece o prazo de dois anos, a partir de sua data de publicação, para elaboração de alternativas técnicas para disposição final de efluentes e/ou reuso em cada sistema de esgotamento sanitário (SES). Tal decreto define, ainda, que a responsável por este estudo é a prestadora de serviço público de esgotamento sanitário do Município.

Considerando as obras de implantação/ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário no Município de Florianópolis, em execução pela CASAN, tem-se que atualmente existem quatro dessas referidas empreitadas em andamento: Saco Grande, Ingleses, Potecas e Insular, com previsão de conclusão em junho de 2024, novembro de 2023, julho de 2024 e abril de 2025, respectivamente. Além das obras em andamento citadas, há também a obra de implantação do SES Campeche, que havia sido paralisada em decorrência de um novo estudo de disposição final do efluente tratado, já finalizado. Como a empresa que estava executando a referida obra solicitou o rompimento do contrato devido ao longo tempo de paralisação, atualmente a mesma encontra-se em novo processo de licitação.

A projeção da população a ser atendida com a implantação do SES Saco Grande é de 41.953 habitantes, sendo que serão executados 57.101 metros de rede coletora, distribuídos em 14 bacias. A ampliação do SES Ingleses tem previsão de atender 206.438 habitantes, com a execução de 68.633 metros de rede coletora. A implantação da nova ETE de Potecas tem projeção de atender aproximadamente 158.990 habitantes no Município de Florianópolis, sendo que, neste contrato, não haverá execução de rede coletora.

A projeção da população a ser atendida com a ampliação do SES Insular é de 270.917 habitantes, com execução de 11.912 metros de rede coletora. Com relação à implantação do SES Campeche, tem-se que a mesma deve atender uma população de 25.000 habitantes, com execução de 56.958 metros de rede coletora.

Por outro lado, a necessidade de um gerenciamento com controle efetivo das ligações domiciliares ao sistema público e dos sistemas individuais ou coletivos particulares ensejaram a adoção de algumas iniciativas no Município:

- Atuação no desenvolvimento de uma Política Municipal de Esgotamento Sanitário, trazendo regulamentações para temas sensíveis na área de esgotamento sanitário do Município, tais como: ligação à rede pública dos imóveis que encontram-se em cota abaixo da rede coletora; o acesso da população de baixa renda ao serviço de esgotamento sanitário; prestação de informação e formas alternativas de sanções para cobrar a regularidade das ligações prediais à rede pública e sistemas individuais e; o gerenciamento dos serviços de limpa-fossa que atuam no Município.
- Cessão da operação e manutenção de cinco Sistemas de Esgoto em Loteamentos para a concessionária, conforme regulamentado no Decreto 18.277/2018.
- A atualização da legislação que versa sobre o Grupo Interinstitucional para Regularização e Fiscalização no Setor de Esgotamento Sanitário no Município de Florianópolis (Grupo Sanear Floripa), por meio da revogação do Decreto Municipal 21.132/2020 e publicação do Decreto Municipal 24.207 de 26/08/2022. O grupo Sanear Floripa têm algumas competências, como: I - executar, de forma planejada, articulada e contínua, ações de incentivo à regularização das edificações do Município aos sistemas de esgotamento sanitário coletivos em operação, por meio de programa específico, apoio técnico e ações de comunicação social; II - executar, de forma planejada, articulada e contínua ações de fiscalização integradas com o setor de fiscalização de obras para atender as demandas vinculadas ao setor de esgotamento sanitário, em especial aquelas relacionadas ao lançamento irregular de esgoto no meio ambiente e as ligações prediais inadequadas à rede pública coletora de esgoto e à rede de drenagem urbana e; III - articular ações com os órgãos e entidades da administração pública municipal e da sociedade civil que contribuam para as políticas de desenvolvimento do setor de esgotamento sanitário.
 - No ano de 2022, o Grupo da Blitz SANEAR Floripa realizou um de 719 visitas, 221 atuações e 85 lacres de ligações irregulares de esgoto.
- A revisão do formato do Programa “Floripa Se Liga na Rede”, que iniciou as atividades em outubro de 2013, com contrato vigente até o ano de 2024. O Programa Floripa Se Liga Na Rede consiste na execução de serviços técnicos especializados voltados e inspeção sanitária de imóveis, programa de comunicação social, estruturação de eventos técnicos especializados e de carácter regional voltados à orientação, apoio técnico para a correta ligação de esgoto, inspeção de imóveis (fiscalização) intensiva e de alimentação do cadastro de usuários no Sistema de Geoprocessamento da PMF.
 - Os resultados obtidos da atuação do Programa no ano de 2022 contam com um total de 12671 visitas – irregularidades foram encontradas em 63% de todas as visitas realizadas.
- Contratação de empresa especializada para realização de inspeção ambiental e sanitária. Busca-se, com isto, apoio ao Grupo SANEAR Floripa nas ações de fiscalização realizadas pela Prefeitura. O contrato dispõe de equipe técnica e materiais, tais como coleta e análise de amostras de água e esgoto, hidrojato para limpeza e desobstrução de redes de esgoto e/ou drenagem pluvial, máquinas de teste de fumaça para fiscalização da rede coletora de esgoto e robô de vídeo-inspeção para diagnóstico de situações de alta complexidade. Os dados referentes às inspeções realizadas, assim como no Programa Floripa Se Liga na Rede, são alimentados no Sistema de Georreferenciamento da PMF.

No que se refere à gestão do setor de esgotamento sanitário, é crucial considerar a importância do cadastro físico do sistema, composto pelo cadastro técnico e pelo cadastro de usuários. Em relação ao cadastro técnico, é necessário integrar o cadastro da CASAN ao Sistema de Geoprocessamento da Prefeitura para construir um cadastro multifuncional municipal. Quanto ao cadastro de usuários, é fundamental identificar as residências efetivamente conectadas ao sistema e aquelas que possuem irregularidades para promover ações que visem à regularização. Nesse sentido, a CASAN, como concessionária dos serviços de esgotamento sanitário, tem total responsabilidade pela consolidação do cadastro de usuários, atuando tanto na realização das conexões residenciais com os sistemas já implantados quanto nas conexões aos novos sistemas após o início da operação.

Além disso, no contexto do gerenciamento do setor de esgotamento sanitário, é importante destacar a necessidade de interação entre o Poder Concedente (representado atualmente pela Superintendência de Saneamento), a CASAN e a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC), responsável pela fiscalização e regulação das atividades da CASAN. Essa interação ocorre por meio de um Convênio de Cooperação firmado com o Município em 2012 e renovado em 2022, com reuniões mensais entre os órgãos para acompanhar e melhorar continuamente a prestação do serviço e promover maior transparência nas atividades executadas e nos documentos elaborados pelos prestadores de serviço.

Ademais, é essencial aprimorar continuamente as atividades de operação, manutenção e monitoramento dos serviços prestados pela CASAN e subcontratadas. O acompanhamento da ARESC é crucial para alcançar esse objetivo.

Vale destacar que a Prefeitura deu início, nos primeiros meses de 2023, ao programa Pacto pelo Saneamento, que prevê a execução de sistemas locais de tratamento (construção das alternativas tecnológicas para tratamento de esgoto na área da residência), a execução de ligações domiciliares às redes coletoras de esgoto (conexão dos domicílios às redes coletoras em operação) e ampliações em sistemas de esgotamento sanitário (pequenas áreas que não foram atendidas pela rede já instalada), preferencialmente em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Por fim, é importante ressaltar que, no contexto regional, em relação ao saneamento básico, suas influências — positivas ou negativas — não respeitam limites territoriais administrativos, sendo a bacia hidrográfica o território de atuação. Desse modo, é recomendável discutir e buscar soluções conjuntas de gestão em nível regional, com a Superintendência da Região Metropolitana da Grande Florianópolis atuando como órgão articulador e fomentador desse modelo de gestão.

DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS URBANAS

A Drenagem Urbana no Município de Florianópolis é o setor do saneamento que mais demanda estruturação, seja ela técnica, administrativa ou financeira. Na II Conferência Municipal, realizada em 2018, alguns encaminhamentos foram propostos visando um fortalecimento do pilar Drenagem Urbana no saneamento do Município com propostas voltadas para a Política de Saneamento Básico e outras tantas para a revisão do Plano Integrado de Saneamento Básico.

Nos últimos 5 anos, desde a realização da última Conferência Municipal, muitos dos problemas se mantiveram, porém importantes avanços foram realizados.

Em 2019 foi publicado o Diagnóstico Participativo da Drenagem Urbana de Florianópolis, resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Especial de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais – DREMAP, composta por técnicos da Prefeitura Municipal de Florianópolis e por professores e pesquisadores do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina. O diagnóstico – realizado em três etapas: diagnóstico técnico-institucional, oficinas comunitárias e consulta pública – apresentou a caracterização dos problemas relacionados à drenagem urbana nas 28 Unidades Territoriais de Planejamento do Município. Os resultados mostraram que, em primeiro lugar, já havia na cidade uma profusão de informação sobre a drenagem que não estava sendo adequadamente utilizada por não ter sido apresentada e trabalhada sob a ótica específica do serviço da drenagem urbana e que o diagnóstico técnico foi capaz de sistematizar. Além disso, foi construído um organograma síntese apresentando como se dá a organização dos serviços da drenagem nos vários órgãos da PMF.

Após isso, em 2021, foi encaminhado para tramitação no Poder Legislativo do Município a revisão do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico, que contou com atualização de ações e metas e, no âmbito da drenagem urbana, ainda a incorporação do diagnóstico elaborado pela comissão.

Em outra parceria com a UFSC, foram levantados dados do sistema de drenagem com base em projetos de pavimentação, do período entre 2000 e 2016, disponíveis na Secretaria de Infraestrutura da PMF, que resultaram em um cadastro relativamente amplo e georreferenciado dos dispositivos de drenagem instalados no Município, publicado em 2021. O cadastro necessita ainda de complementação e validação em campo.

Após a criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente em 2021, a referida Secretaria absorveu o serviço de manutenção e limpeza da macrodrenagem do Município, que conta com programação regular e contínua, atendendo a uma extensão de mais de 155 mil metros de cursos hídricos e canais de drenagem ao ano e busca minimizar as ocorrências de alagamentos e inundações em comunidades afetadas por obstruções em cursos hídricos.

Em termos de estruturação técnica e administrativa, com a ampliação do quadro de servidores ocorrida em 2022 e a Reforma Administrativa de 2023, foi criada a Diretoria de Macrodrenagem na Superintendência de Saneamento Básico da SMMADS, iniciando um processo de desenvolvimento do setor dentro da Secretaria responsável pelo planejamento do manejo das águas pluviais no Município.

Apesar do avanço, que é pequeno, porém significativo, o cenário deficitário conhecido da prestação dos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas permanece em diversos aspectos no Município, especialmente no que se refere a:

- inexistência de um setor específico ou de uma estrutura especializada dentro da Secretaria Municipal de Infraestrutura responsável pela prestação do serviço ou mesmo a delegação dessa prestação para outra entidade;

- ausência de ferramentas e instrumentos normativos e de planejamento como Plano Diretor de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais - PDMAP, manual de drenagem urbana e cadastro técnico;

- ausência de informações sistematizadas e atualizadas acerca da prestação do serviço;
- insuficiência de recursos financeiros, visto que estes são oriundos do orçamento geral do Município ou de repasses em especial do Governo Federal e por não existir um mecanismo de cobrança que possibilite a sustentabilidade econômico-financeira do setor. O repasse por meio do Fundo de Saneamento ainda é irrisório;
- ausência de regulação e fiscalização por parte da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – ARESC, visto que a prestação do serviço é realizada diretamente pela Administração;
- ausência de procedimentos padrão estabelecidos para atividades vinculadas à prestação do serviço como a elaboração e análise de projetos, limpeza de cursos d'água e canais de drenagem, supervisão de obras e atividades de operação e manutenção do sistema de drenagem existente;
- ausência de medidas estruturais e não estruturais voltadas para o manejo adequado das águas pluviais urbanas com foco no controle do escoamento na fonte;
- sistema de drenagem caracterizado por uma infraestrutura antiga e que foi sendo ampliada em função de demandas resultantes do crescimento urbano desordenado.

Nesse contexto, algumas ações voltadas ao planejamento do serviço de manejo de águas pluviais urbanas encontram-se em desenvolvimento buscando preencher este cenário deficitário. Atualmente, encontra-se em fase final de elaboração a Política Municipal de Drenagem e Manejo das Águas Superficiais Urbanas, o Termo de Referência para contratação do Plano Diretor de Drenagem e Manejo das Águas Superficiais Urbanas – PDMAP (a ser elaborado em conjunto com a equipe técnica da Prefeitura), além da Orientação Técnica para o serviço de Manutenção e Limpeza da Macrodrenagem, que se constitui em um documento prévio do Plano de Manutenção Corretiva e Preventiva, parte integrante do Plano Diretor.

Por fim, pode-se destacar ainda alguns desafios a serem enfrentados pelo Município no tema da drenagem urbana e áreas afins como: a criação de um comitê de bacia hidrográfica da Ilha de Santa Catarina (Unidade de Planejamento e Gestão – UPG Ilha de Santa Catarina) ou a inserção da ilha no Comitê dos Rios Cubatão, Madre e Bacias Contíguas e implantação de instrumentos como a classificação dos corpos hídricos; as atividades de desassoreamento de cursos d'água em razão das restrições ambientais existentes; a execução do Projeto Orla no âmbito da temática do gerenciamento costeiro; ações de proteção, recuperação e revitalização das Áreas de Preservação Permanente como as de margens de cursos d'água e; a implementação de corredores ecológicos, por exemplo, sob a forma de parques lineares.